

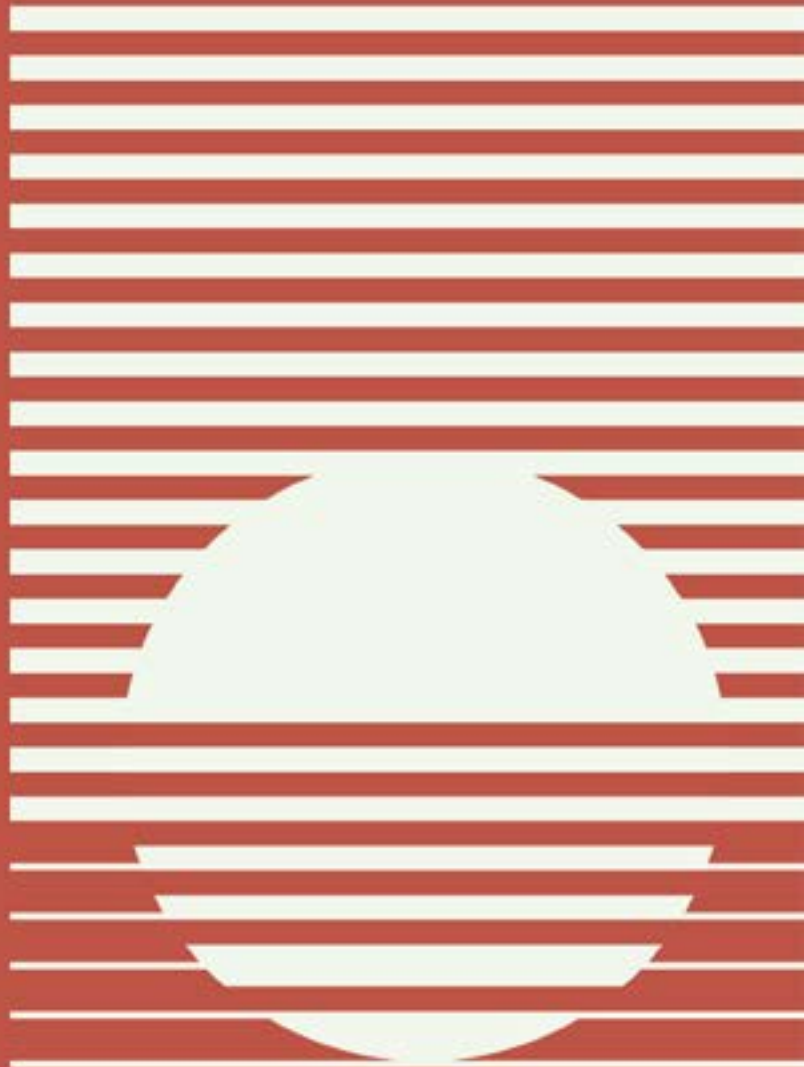
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

09
2024



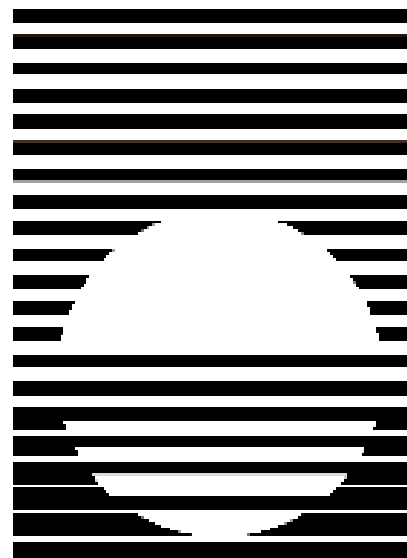
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Matheus Petrelli, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Na ONU, Lula reivindica reforma ampla e cooperação contra a extrema-direita

Milei critica a ONU e rechaça o Pacto para o Futuro

Página 05

Governo argentino articula isolamento regional da Venezuela em meio à crise

Chile e Uruguai criticam a Venezuela na abertura da Assembleia Geral da ONU

Página 06

Em meio às tensões na Venezuela, Edmundo González recebe asilo na Espanha

Brasil e China recebem apoios à proposta de paz para a guerra na Ucrânia

Página 07

Brasil busca aproximação política e comercial com o México

Governo colombiano suspende as negociações de paz com o Exército da Libertação Nacional

Presidente equatoriano apresenta candidatura à reeleição e propõe reformas constitucionais

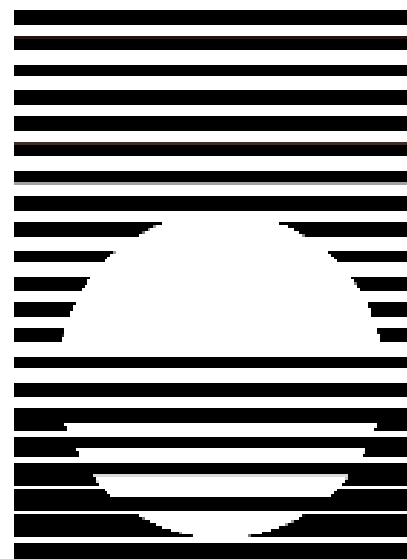
Página 08

Tensões internas no governo peruano resultam em troca de ministro das Relações Exteriores

Irfaan Ali reúne-se com Antony Blinken em Nova York

Página 09

Chanceleres discutem modernização do Mercosul em meio a negociações comerciais



Na ONU, Lula reivindica reforma ampla e cooperação contra a extrema-direita

Entre 22 e 25 de setembro, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva teve uma agenda cheia na sede da ONU, em Nova York. No dia 22, participou da abertura da Cúpula do Futuro, reunião entre chefes de Estado e governo convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para lançar o Pacto para o Futuro, documento que estabelece princípios e compromissos dos membros da ONU para fortalecer o multilateralismo e a cooperação internacional em diversos temas. Em seu discurso, Lula elogiou a iniciativa, mas apontou que lhe faltam ambição e ousadia, pois “a maioria dos órgãos carece de autoridade e meios de implementação para fazer cumprir suas decisões” em temas como conflitos, pandemias, corrida armamentista e mudança do clima. Em seguida, no dia 24, o presidente brasileiro participou da abertura dos trabalhos anuais da Assembleia Geral da ONU. A reforma da organização teve destaque na sua fala, ao expor quatro sugestões objetivas: 1) a transformação do ECOSOC no principal fórum para tratar de desenvolvimento sustentável e combate à mudança climática, 2) a revitalização do papel da Assembleia Geral, inclusive em temas de paz e segurança; 3) o fortalecimento da Comissão de Consolidação da Paz; e 4) a reforma do Conselho de Segurança no que toca sua composição, métodos de trabalho e direito de veto. Lula criticou, em especial, a falta de países da América Latina e da África nos assentos permanentes do Conselho de Segurança e defendeu que a próxima Secretária-Geral da ONU seja uma mulher, pela primeira vez na história. Além disso, no dia 25, Lula participou da sessão de abertura de uma reunião ministerial do G20, quando anunciou que o Brasil estuda apresentar uma proposta de convocação para uma Conferência de Revisão da Carta da ONU, com base no seu artigo 109, o que requer a aprovação de pelo menos dois terços dos membros da Assembleia Geral e de nove membros do Conselho de Segurança. A reunião do G20 (presidido pelo Brasil neste ano) aprovou o “Chamado à Ação sobre Governança Global”, um documento de consenso a favor da reforma da governança global, assinado pelos ministros de Relações Exteriores do grupo, que apoia mudanças na ONU, no FMI, no Banco Mundial e na OMC. Por fim, no dia 24, Lula também participou de uma reunião articulada por Brasil e Espanha para discutir um enfrentamento conjunto entre democracias contra o avanço da extrema-direita no mundo, acusada por ele

de enfraquecer instituições nacionais e internacionais orientadas pelo pluralismo de ideias e identidades. Apesar da presença do presidente da França e do primeiro-ministro do Canadá, o evento teve um peso político menor do que o esperado (o presidente dos EUA e o primeiro-ministro da Alemanha, convidados por Lula, não compareceram) e sua pauta foi objeto de controvérsia (o presidente do Chile e o chanceler da Colômbia argumentaram que autoritarismos de esquerda também deveriam ser discutidos).

Fontes: [Brasil](#), 22/09/2024; [Brasil](#), 24/09/2024; [Brasil](#), 24/09/2024; [UOL](#), 24/09/2024; [Brasil](#), 25/09/2024.

Milei critica a ONU e rechaça o Pacto para o Futuro

No dia 24 de setembro, em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, o presidente da Argentina, Javier Milei, fez duras críticas ao papel da organização. Milei disse que as Nações Unidas promovem uma “agenda ideológica” e que atuam como um “Leviatã de múltiplos tentáculos que pretende decidir não só o que cada Estado ou nação deve fazer, mas também como devem viver todos os cidadãos do mundo”. Acusou os membros do Conselho de Segurança de defenderem seus interesses particulares, em vez de atuarem em prol da paz mundial. O presidente argentino disse, ainda, que a Argentina vai “abandonar a posição de neutralidade histórica que a caracterizou e vai estar na vanguarda da luta em defesa pela liberdade”, sem apresentar nenhuma ideia concreta voltada para alcançar esse objetivo. Criticou duramente a Agenda 2030, um conjunto de metas e objetivos para promover o desenvolvimento sustentável, e ratificou a decisão anunciada anteriormente pela sua ministra das Relações Exteriores, Diana Mondino, de não aderir ao Pacto para o Futuro, aprovado no dia 22 de setembro. O Pacto teve o respaldo de 143 países na Assembleia Geral da ONU e prevê 56 ações para enfrentar um conjunto amplo de questões transnacionais, como a manutenção da paz, o cambio climático, a igualdade de gênero, a luta contra o terrorismo e os problemas gerados pela disseminação do uso da Inteligência Artificial, dentre outras. Ao passo que se isola no âmbito internacional, o governo Milei perde apoio dentro da Argentina, com o aumento da sua desaprovação neste mês de setembro. O Índice de Confiança no Governo da Universidade Torcuato di Tella e Poliarquia Consultores caiu 14,8% em

relação ao mês de agosto deste ano. Em parte, isso se deve à elevação da pobreza no país, que alcançou o índice de 52,9% da população, 11 pontos percentuais acima do registrado no final de 2023.

Fontes: [Bloomberg](#), 24/09/2024; [El País](#), 25/09/2024; [El País](#), 26/09/2024; [La Nación](#), 24/09/2024; [Página 12](#), 25/09/2024.

Governo argentino articula isolamento regional da Venezuela em meio à crise

No dia 22, foi noticiado que o governo argentino estaria atuando para isolar a Venezuela na região por meio de uma proposta de inclusão de uma cláusula democrática no Consenso de Brasília. Segundo a imprensa brasileira, os movimentos começaram com o envio de uma carta de autoridades argentinas ao Ministro de Relações Exteriores da Colômbia, Gilberto Murillo, que ocupa a presidência pro-tempore do Consenso, solicitando a inclusão na próxima Reunião de Chanceleres de discussões sobre a atual situação política na Venezuela. A proposta de Buenos Aires previa ainda a criação de uma Comissão de Mediação e elaboração de recursos para suspensão de países em caso de não cumprimento dos princípios democráticos. A ofensiva de Buenos Aires ocorre em meio ao acirramento das tensões entre os dois países, após a Justiça argentina ordenar a prisão de Nicolás Maduro e Diosdado Cabello, Ministro de Relações Exteriores, Justiça e Paz da Venezuela, por crimes de lesa humanidade. No mesmo dia, o Tribunal de Justiça da Venezuela emitiu uma ordem de prisão ao presidente argentino, Javier Milei. No dia 27 de setembro, o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, participou da IV Reunião de Chanceleres do Consenso de Brasília, em Nova York. Durante o encontro, foram ratificados os compromissos assumidos em outubro de 2023, sintetizados no documento “Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul”. Os representantes dialogaram sobre os avanços recentes em matéria de infraestrutura, transportes, saúde, gestão de riscos e desastres, combate ao crime organizado – sem menções ao caso venezuelano.

Fontes: [O Globo](#), 22/09/2024; [BBC News](#), 24/09/2024; [Ministério de Relações Exteriores do Brasil](#), 27/09/2024.

Chile e Uruguai criticam a Venezuela na abertura da Assembleia Geral da ONU

Entre os dias 24 e 30 de setembro, o debate geral da Assembleia Geral da Nações Unidas ocorreu na sede da organização, em Nova Iorque. O presidente chileno Gabriel Boric discursou no dia 24, quando chamou atenção para a crise desencadeada pela eleição presidencial venezuelana no final de julho, um assunto caro ao governo chileno devido ao fluxo de migrantes venezuelanos que adentram seu território. No discurso, Boric afirmou que na Venezuela está estabelecida “uma ditadura que pretende roubar uma eleição, perseguir seus opositores e é indiferente ao exílio [...] de seus cidadãos.” Boric ainda criticou as sanções econômicas unilaterais impostas pelos Estados Unidos à Venezuela, pontuando que as sanções agravam a crise ao atingir a população do país sul-americano. No dia 25, em uma coletiva de imprensa em Nova Iorque, Boric reforçou seu posicionamento em relação ao resultado da eleição presidencial venezuelana, afirmando que não reconhece a vitória de nenhum candidato. O presidente chileno argumenta que não se deve dar a Edmundo González um título que não tem na prática para não replicar a experiência de Juan Guaidó, que “não teve nenhum resultado positivo.” Ainda no dia 25, o governo venezuelano reagiu às críticas com a suspensão de todos os voos comerciais para o Chile. No dia 26 de setembro, em seu último discurso na Assembleia Geral enquanto presidente do Uruguai, Lacalle Pou também teceu críticas ao governo venezuelano. O mandatário afirmou que a Venezuela vive um “regime autoritário e intolerante” e que atenta contra a “liberdade e o bem comum”. Ainda sobre esse tema, Lacalle Pou criticou a ação de governos que não se posicionaram ou cobraram a Venezuela os resultados das eleições. Segundo o presidente uruguaio, “já não se trata de apresentar as atas eleitorais, se trata de condenar uma fraude, o regime, um processo eleitoral viciado”. Ao final, declarou: “se a comunidade internacional é tolerante com essas atitudes, resta esperar qual será o próximo país que se submeterá ao que hoje vivem os venezuelanos”. Omar Paganini, Ministro das Relações Exteriores, acompanhou o discurso do Lacalle Pou e reafirmou na Reunião Ministerial da ONU que a crise na Venezuela afeta a estabilidade regional, reforçando a necessidade da proteção dos direitos humanos e a importância de “resguardar a democracia na América Latina”.

Fontes: [United Nations](#), 24/09/2024; [La Tercera](#), 25/09/2024; [La Nación](#), 26/09/2024; [El Observador](#), 26/09/2024; [El Observador](#), 26/09/2024; [Grupo Multimedio](#), 27/09/2024.

Fontes: [G1](#), 02/09/2024; [CNN](#), 03/09/2024; [Agência Brasil](#), 08/09/2024; [CNN](#), 08/09/2024; [Mundiarior](#), 17/09/2024; [Reuters](#), 26/09/2024.

Em meio às tensões na Venezuela, Edmundo González recebe asilo na Espanha

No dia 7 de setembro, Edmundo González, candidato da oposição que concorreu às eleições presidenciais venezuelanas no dia 28 de julho, deixou a Venezuela. Segundo a oposição, Gonzalez teria ganho o pleito com 67% dos votos, ao contrário do resultado divulgado pelo Conselho Nacional Eleitoral, que deu a vitória a Nicolás Maduro. Em meio às contestações do resultado oficial, González havia sido convocado três vezes, pelo Supremo Tribunal de Justiça, para prestar esclarecimentos. O candidato não atendeu às convocações, declarando que sua liberdade estaria ameaçada caso se apresentasse ao órgão. Com isso, no dia 2 de setembro, um pedido de prisão para González foi emitido e divulgado pelo Ministério Público (MP), com acusações como falsificação de documentos oficiais, incitação de atividades ilegais e associação criminosa. Os governos de Brasil e Colômbia, em comunicado conjunto, manifestaram profunda preocupação com o pedido de prisão e afirmaram que ele dificulta a busca por uma solução pacífica e negociada para a crise. EUA e União Europeia também condenaram a ação do MP. González, que estava na Embaixada da Espanha em Caracas, saiu do país em avião da Força Aérea espanhola. O opositor chegou na Espanha no dia 8 de setembro, onde obteve asilo político. A Organização dos Estados Americanos (OEA) classificou a saída de González como “exílio forçado”. O mês de setembro também foi marcado pela divulgação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de um informe sobre o processo eleitoral venezuelano e a perseguição a opositores. Segundo o documento, o Estado venezuelano intensificou, de forma “sem precedentes”, a repressão à oposição, silenciando meios independentes e reprimindo protestos. Por fim, em 26 de setembro, Antony Blinken, Secretário de Estado dos EUA, emitiu declaração pedindo por um diálogo entre governo e oposição na Venezuela. A declaração ocorreu após os EUA co-organizarem com a Argentina uma reunião com 31 países sobre a situação na Venezuela, às margens da Assembleia Geral da ONU. O Brasil foi convidado a participar, e declinou o convite.

Brasil e China recebem apoios à proposta de paz para a guerra na Ucrânia

No dia 26 de setembro, Brasil e China convocaram uma reunião entre ministros de Relações Exteriores dos países da ONU à margem da abertura dos trabalhos anuais da Assembleia Geral, em Nova York, para discutir um plano de paz para a guerra na Ucrânia. Os dois países haviam acordado uma proposta de seis pontos e se comprometido a articular esforços para apoiá-la em maio. Ao encontro de Nova York, chamado de “Reunião de Alto Nível de Países do Sul Global sobre o Conflito na Ucrânia”, compareceram representantes de mais 15 países. Foi emitido um comunicado final, no qual os signatários reiteraram os princípios da Carta das Nações Unidas referentes à proteção da soberania e da integridade territorial dos países, endossam os princípios de Bandung sobre cooperação internacional, respeitam “as legítimas preocupações dos Estados”, incitam as partes a uma desescalada militar, condenam o uso de armas de destruição em massa e anunciam a criação de um “grupo de amigos pela paz” entre representantes permanentes na ONU para manter contatos regulares em favor do fim do conflito. O comunicado foi assinado por Argélia, Bolívia, Colômbia, Egito, Indonésia, Cazaquistão, Quênia, África do Sul, Turquia e Zâmbia. Por sua vez, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Tailândia e Vietnã participaram da reunião, mas não assinaram o documento. Depois do encontro, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, criticou a proposta sino-brasileira, afirmando que “uma paz em que o agressor leva tudo aquilo que busca e em que a vítima não tem os seus direitos respeitados não é a receita para uma paz duradoura”. Por outro lado, no dia 5 de setembro, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, declarou que Brasil e China, assim como a Índia, poderiam atuar como mediadores da guerra na Ucrânia. A declaração foi dada poucos dias antes da realização de uma reunião entre autoridades de defesa e segurança nacional dos BRICS, em Moscou, nos dias 10 e 11 de setembro. Além daquela guerra, o encontro discutiu os conflitos em andamento no Oriente Médio e a tensão no Mar do Sul da China. Celso Amorim, assessor da presidência da República,

representou o Brasil.

Fontes: [UOL](#), 03/09/2024; [UOL](#), 05/09/2024; [Folha de S. Paulo](#), 27/09/2024; [Brasil](#), 28/09/2024.

Brasil busca aproximação política e comercial com o México

No dia 30 de setembro, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva viajou para a Cidade do México, onde participou do Fórum Empresarial México-Brasil, organizado pelos dois governos para discutir a ampliação de negócios entre representantes da iniciativa privada. O evento contou também com a presença do presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador, em seu último dia de mandato. Em discurso, Lula saudou a vitória da candidata de Obrador à sucessão presidencial, Claudia Sheinbaum, e propôs a ampliação dos acordos comerciais existentes entre os dois países. Em vigor, atualmente, há os acordos de cooperação econômica (ACE) nº 53 e 55, ambos assinados em 2002, que estipulam a redução de tarifas de importação para produtos selecionados. Lula também declarou que espera concluir o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia neste ano e que ele poderia ser estendido para um acordo da União Europeia com a América Latina futuramente. Por sua vez, o embaixador do Brasil no México, Francisco Cannabrava, explicou à imprensa que já existe uma autorização assinada pelo Mercosul para o Brasil fazer negociações bilaterais com o México a fim de estabelecer uma área de livre-comércio, cujo acordo poderia contemplar temas de gênero, micro, pequenas e médias empresas. Segundo o embaixador, “isso é um eixo da integração regional que ainda está faltando a gente construir”. No dia 1º de outubro, Lula compareceu à posse de Claudia Sheinbaum, que assume a presidência do México pelos próximos seis anos.

Fonte: [Valor Econômico](#), 27/09/2024; [Brasil](#), 30/09/2024; [G1](#), 01/10/2024.

Governo colombiano suspende as negociações de paz com o Exército da Libertação Nacional

No dia 17 de setembro, a base militar de Puerto Jordan, cidade do Estado de Arauca, foi atacada

por membros do Exército Nacional da Libertação (ELN). Segundo a oitava divisão do exército, o atentado foi feito por meio de um caminhão carregado com cilindros explosivos. Além de dois militares mortos, outros 33 sofreram ferimentos. Por conta da proximidade física da base com uma escola, cerca de 300 alunos foram afetados, mas não houve relatos de feridos. No mesmo dia, o presidente Gustavo Petro classificou o ataque como “uma ação que, praticamente, encerra um processo de paz com sangue”. O diálogo com o grupo foi retomado pelo líder do executivo no começo de seu mandato, em agosto de 2022. Desde então, alguns avanços foram realizados. Dentre eles, um cessar-fogo inédito de 180 dias que se iniciou em agosto de 2023 e foi estendido até o mesmo mês de 2024. Em maio desse ano, iniciou-se um período de congelamento nas negociações devido a algumas exigências do grupo que não foram atendidas pelo governo. Por conta disso, a renovação do cessar-fogo não foi realizada. Com fim desse acordo, novos sequestros e atentados voltaram a acontecer. Esse ataque à base militar, feito no dia 17 de setembro, além de representar uma retomada aos conflitos diretos entre o ELN e o Estado, acarretou a morte de dois militares. Com isso, o governo tomou medidas mais incisivas. Além da fala de Petro, que colocou em xeque as negociações de paz, o Ministro da Defesa, Iván Velásquez, em sua rede social, classificou o ataque como “covarde” e afirmou que foi “uma violação flagrante dos direitos humanos e do direito humanitário internacional”. Em reação às declarações dos agentes governamentais, o líder do ELN, Antonio García, criticou a decisão do presidente Petro de congelar a mesa de negociação. Além disso, García alegou que “mesmo em meio a operações militares, os processos de paz podem continuar”. No dia 20 de setembro, dois suspeitos de participar do ataque foram presos e o diálogo entre o governo Petro e o ELN permanece suspenso.

Fontes: [El País](#), 17/09/2024; [El Tiempo](#), 17/09/2024; [El Tiempo](#), 17/09/2024; [El Tiempo](#), 17/09/2024; [El Colombiano](#), 18/09/2024; [El Colombiano](#), 20/09/2024.

Presidente equatoriano apresenta candidatura à reeleição e propõe reformas constitucionais

No mês de setembro de 2024, a Justiça eleitoral equatoriana recebeu as candidaturas para as eleições presidenciais e legislativas que ocorrerão em

fevereiro de 2025. Desde agosto, alguns membros do governo se licenciaram para concorrer a cargos legislativos, como a ministra do Meio Ambiente, Sade Fritschi, do Turismo, Niels Olsen, e dos Esportes, Andrés Guschmer. Nos últimos meses, discute-se o licenciamento do presidente, Daniel Noboa, que concorrerá à reeleição e busca alternativas jurídicas para que a vice-presidenta, Veronica Abad, não assuma o cargo em seu lugar. Noboa e Abad se distanciaram e trocam acusações nos tribunais. O presidente é acusado por Abad de violência política de gênero, e esta é acusada por Noboa de abandonar o cargo de embaixadora do país em Israel, justificativa utilizada para impedir que ela ocupe a presidência após o licenciamento de Noboa, que ocorrerá até 30 de novembro. Além de sua candidatura, Daniel Noboa apresentou a inclusão de perguntas sobre mudanças constitucionais para que fossem feitas à população nas eleições gerais de fevereiro. O primeiro tema, apresentado em 17 de setembro, foi uma emenda constitucional para permitir bases estrangeiras no país, retirando a proibição constitucional, existente desde 2008. O presidente defende que a mudança facilitará a cooperação militar e o combate ao crime organizado. Entretanto, no dia 20 de setembro, uma comunicação do governo estadunidense, principal parceiro militar do Equador, indicou que não tem intenção de estabelecer bases no país, o que favoreceu declarações da oposição de que a proposta tem apenas interesses eleitorais. Noboa propôs outras duas reformas, uma para a extinção do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social, e outra pelo fim do financiamento público de partidos e movimentos políticos. Ambas as mudanças já foram vetadas anteriormente pela Corte Constitucional por violar os princípios democráticos e de igualdade: a primeira em 2020, quando proposta pelo presidente Lenin Moreno, e a outra, em 2022, quando apresentada por Guillermo Lasso.

Fontes: [Infobae](#), 03/10/2024; [El Mercurio](#), 13/09/2024; [Primicias](#), 16/09/2024; [El Universo](#), 17/09/2024; [DW](#), 20/09/2024; [Primicias](#), 20/09/2024; [Primicias](#), 23/09/2024; [El Universo](#), 23/09/2024; [Infobae](#), 28/09/2024; [Primicias](#), 30/09/2024.

Tensões internas no governo peruano resultam em troca de ministro das Relações Exteriores

Em 4 de setembro, quatro ministros foram removidos do governo de Dina Boluarte, no Peru, com destaque para o ex-ministro das Relações Exteriores, Javier González-Olaechea. O ex-ministro, que havia se

tornado um novo ídolo da direita e da ultradireita, foi substituído após tensões internas. A primeira razão foi a publicação de uma nota sobre a crise da empresa de petróleo Petroperú, somando-se ao Ministro da Economia e Finanças, José Arista. Ambos argumentaram ser um erro destituir o diretório que foi responsável por dar transparência à profunda crise financeira da empresa. Fontes internas indicam que o ex-chanceler havia tido uma conversa séria com a presidenta Boluarte, durante a qual apoiou o antigo diretório e criticou a nomeação de uma nova diretoria, que já havia passado pela empresa, quando apresentou resultados insatisfatórios e foi alvo de investigações. Todavia, a substituição de ministros não se deu exclusivamente por essa razão. Outro ponto, mais significativo, foram as declarações do chanceler acerca das eleições venezuelanas. Esse motivo reflete-se na vontade do governo em mudar sua posição, que antes qualificava as atitudes de Maduro como ditatoriais. Ao ser questionado sobre a postura do governo com relação a Venezuela, o novo chanceler, Elmer Schialer, declarou que o problema que enfrentam deve ser resolvido pelos próprios venezuelanos. Em 5 de setembro, durante o discurso de apresentação ao Ministério das Relações Exteriores, Schialer expôs as principais diretrizes para sua gestão. Nesse discurso, destacou o posicionamento a respeito das eleições da Venezuela, além de ter salientado as boas relações do Peru com EUA, Canadá e União Europeia. Disse ainda que vai fortalecer a projeção do Peru na região da Ásia-Pacífico e potencializará as relações com o continente africano. Ele também falou sobre o processo de adesão do Peru à OCDE e que essa continuará sendo um objetivo firme do governo. Também tratou sobre os desafios que sua gestão terá com o narcotráfico, as questões fronteiriças e a importância da luta contra a mineração ilegal e a proteção do meio ambiente. Por fim, apontou que haverá um aceleração do desenvolvimento da Plataforma Digital de Serviços Consulares, que digitalizará os procedimentos consulares e irá incorporar meios de pagamentos eletrônicos nesses processos.

Fontes: [Infobae](#), 04/09/2024; [La Republica Peru](#), 04/09/2024; [La Republica Peru](#), 05/09/2024.

Irfaan Ali reúne-se com Antony Blinken em Nova York

No dia 23 de setembro, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, e o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, tiveram uma reunião em Nova York (EUA). O diálogo tratou do crescimento das relações

comerciais e a importância do aprofundamento das atividades que envolvem a segurança regional no Caribe. Um destaque foi dado à realização da Missão Multinacional de Segurança no Haiti (MMS). Para Blinken, a Guiana teria um papel fundamental para o restabelecimento da ordem no Haiti, devido à sua liderança no contexto da Comunidade do Caribe (CARICOM). O envolvimento da Guiana significaria não apenas o envio de tropas, mas também o convencimento dos demais Estados caribenhos. A questão de Essequibo também foi tratada. Blinken reforçou a legitimidade da Guiana sob o território, chamando atenção para a importância da parceria estratégica entre os países para a manutenção da democracia na região. Blinken também evidenciou a importância e a relevância da U.S.-Caribbean Partnership to Address the Climate Crisis 2030 (PACC 2030), que visa acelerar a adaptação climática no Caribe e também a promoção de capacidades que possam garantir a segurança alimentar.

Fontes: [U.S. Department of State](#), 23/09/2024; [U.S. Department of State](#), 23/09/2024; [Kaieteur News](#), 25/09/2024.

Chanceleres discutem modernização do Mercosul em meio a negociações comerciais

No dia 2 de setembro, ocorreu a Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Mercosul, em Montevidéu, no Uruguai. Na ocasião, a chanceler da Argentina, Diana Mondino, mostrou alinhamento com a posição uruguaia de avançar em negociações individuais ou plurilaterais, mais flexíveis, com terceiros países ou grupos de países. A ministra também criticou a Tarifa Externa Comum (TEC) dizendo que ela é elevada para os padrões internacionais. Na mesma linha, no dia 5 de setembro, o governo argentino defendeu a “modernização” do Mercosul, propondo mudanças nos mecanismos de gestão orçamentária e uma “atualização financeira” do bloco durante a apresentação de um relatório sobre a gestão presidencial apresentado à Câmara dos Deputados em Buenos Aires. Em matéria comercial, no dia 6, foram retomadas as negociações para o acordo Mercosul-União Europeia, e no dia 11, foi publicado um estudo, produzido pelo Conselho Empresarial Brasil-China, que avaliou os impactos de um possível acordo entre o Mercosul e o país asiático. O documento enfatiza os possíveis ganhos econômicos da parceria, destacando que o maior setor beneficiado seria o agronegócio,

a partir da redução das barreiras comerciais. No dia 23 de setembro, o presidente brasileiro se reuniu em Nova York com a chefe da Comissão Europeia, Úrsula Von der Leyen, para discutir os impasses nas negociações para o acordo Mercosul-UE, tendo em vista a entrada em vigor da Lei Antidesmatamento da União Europeia (EUDR), prevista para janeiro do próximo ano. No dia 25, em coletiva de imprensa, Lula disse estar otimista com a conclusão do acordo. A imprensa veiculou que a intenção do governo brasileiro era anunciar o acordo durante as reuniões do G20, em novembro, mas que autoridades europeias se mostraram reticentes no caso. No dia 28 foi divulgado que o Mercosul pode fechar acordos comerciais com Panamá, República Dominicana e El Salvador, sendo os dois primeiros os países nos quais as negociações estariam mais avançadas. Por fim, o ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Omar Paganini, participou, em 29 de setembro, da reunião entre representantes do Mercosul e da União Europeia para tratar sobre o acordo inter-regional também em Nova York.

Fontes: [Ministério de Relações Exteriores do Uruguai](#), 02/09/2024; [Grupo Multimedio](#), 03/09/2024; [Exame](#), 05/09/2024; [Opera Mundi](#), 06/09/2024; [Poder 360](#), 11/09/2024; [UOL](#), 23/09/2024; [Agência Gov](#), 25/09/2024; [CNN Brasil](#), 28/09/2024; [Âmbito](#), 29/09/2024.

